



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS): nº 0782899/2019

PA COPAM Nº: 01064/2006/003/2019

SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento

EMPREENDEDOR: SAE -
Superintendência de Água
e esgoto de Araguari/
Distrito de Amanhece

CNPJ:
168294750001-25

EMPREENHIMENTO:
Superintendência de Água
e esgoto de Araguari/
Distrito de Amanhece

MUNICÍPIO: Araguari - MG

ZONA: Urbana

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2018):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
E-03-06-9	Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário	2	0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Marly Rodrigues Neves- Química

CRQ Nº15853

Registro: 2301159

CREA-MG

Sandra Cristina Peixoto- Engº Civil

Registro: 04 00000062238

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Ricardo Rosamília Bello
Analista Ambiental

1 147 181-0

Ricardo Rosamília Bello
Analista Ambiental
Masp: 1.147.181-0
SUPRAM TM / AP

De acordo:

Rodrigo Angelis Alvarez

Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.191.774-7

Rodrigo Angelis Alvarez
Diretor reg. de Regularização Ambiental
MASP 1191774-7
SUPRAM TM/AP



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0782899/2019

A SAE - Superintendência de Água e Esgoto de Araguari requisitou regularização para a Estação de Tratamento de Esgotos – ETE situada no Distrito de Amanhece, município de Araguari-MG.

A formalização do processo de licenciamento foi efetuada em 25 de outubro de 2019 conforme “Recibo de Entrega de Documentos” nº 0679403/2019, sendo o processo administrativo nº 01064/2006/003/2019 orientado para Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), via apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS), conforme estabelece a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2018.

O empreendimento atualmente atende 2 000 habitantes, entretanto o tratamento é suficiente para atender a demanda de até 3 000 habitantes (considerando o crescimento populacional previsto até o ano de 2025), a vazão média é de 7,3 litros/segundo. A ETE atende 80% da população, a área total do terreno é de 810 m² e a área construída é de 120 m².

O sistema adotado consiste em tratamento preliminar constituído por desarenador e gradeamento, seguindo o fluxo para o tratamento primário composto por Reator UASB, o tratamento secundário é efetuado por dois decantadores secundários e em seguida completando o tratamento mediante uso de dois biofiltros aerados. O lodo do sistema de tratamento é disposto em leito de secagem.

O corpo hídrico receptor do efluente tratado é denominado Córrego Bocaina. Conforme a DN COPAM/ CRH nº 01/2008 o curso d’água é identificado como “classe 02”.

Como principais impactos relacionados à atividade podemos listar a geração de odores, os resíduos sólidos constituídos pelos materiais retirados no gradeamento (tratamento preliminar) e o lodo da ETE. Caso haja ineficiência no tratamento o lançamento de efluentes com valores em desacordo aos parâmetros legais pode constituir impacto direto a recursos hídricos e ao ecossistema.

Como medidas mitigadoras, os resíduos sólidos constituídos por areia e sólidos grossos removidos na etapa de tratamento preliminar e o lodo seco no leito de secagem removido do tratamento é destinado ao aterro sanitário de Araguari. Cabe esclarecer que o manejo correto bem como a manutenção e operação adequada de toda estrutura é imprescindível para garantir a eficiência do sistema de tratamento e evitar lançamentos em desconformidade aos parâmetros legais.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e do estudo do critério locacional, feitas as considerações acima apontadas sugere-se o **deferimento** da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “SAE - Superintendência de Água e Esgoto de Araguari/ Amanhece ” para a atividade “Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário”, município de Araguari - MG”.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "SAE- Superintendência de Água e Esgoto de Araguari/ Amanhece-MG.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



1. Efluentes Líquidos

1.1 Programa de Monitoramento no corpo hídrico receptor: ponto de lançamento e à montante e à jusante.

PARÂMETRO	UNIDADE	FREQÜÊNCIA
Condutividade elétrica	µS/cm	Bimestral
Demanda Bioquímica de Oxigênio	mg/L	Bimestral
Demanda Química de Oxigênio	mg/L	Bimestral
pH	-	Bimestral
<i>Escherichia coli</i>	NMP	Bimestral
Oxigênio dissolvido	mg/L	Bimestral
Turbidez	UNT	Bimestral
Cloreto total	mg/L Cl	Semestral
Fósforo total	mg/L P	Semestral
Nitrato	mg/L	Semestral
Nitrogênio amoniacal	mg/L N	Semestral
Óleos e graxas	mg/L	Semestral
Substâncias tensoativas	mg/L LAS	Semestral
Densidade de Cianobactérias	cel./mL ou mm³/L	Semestral
Clorofila a	µg/L	Semestral
Cádmio total ⁽¹⁾	mg/L Cd	Semestral
Chumbo total ⁽¹⁾	mg/L Pb	Semestral
Cobre dissolvido ⁽¹⁾	mg/L Cu	Semestral
Zinco total ⁽¹⁾	mg/L Zn	Semestral



1.2 Programa de monitoramento do Efluente Bruto e do Efluente Tratado.

PARÂMETRO	UNIDADE	FREQÜÊNCIA
Condutividade elétrica	µS/cm	Bimestral
Demanda Bioquímica de Oxigênio ⁽¹⁾	mg/L	Bimestral
Demanda Química de Oxigênio ⁽¹⁾	mg/L	Bimestral
pH	-	Bimestral
<i>Escherichia coli</i>	NMP	Bimestral
Sólidos sedimentáveis ⁽¹⁾	mL/L	Bimestral
Vazão média mensal ⁽¹⁾	L/s	Bimestral
Cloreto total	mg/L Cl	Semestral
Fósforo total	mg/L P	Semestral
Nitrato	mg/L	Semestral
Nitrogênio amoniacal	mg/L N	Semestral
Óleos e graxas	mg/L	Semestral
Substâncias tensoativas	mg/L LAS	Semestral
Cádmio total ⁽²⁾	mg/L Cd	Semestral
Chumbo total ⁽²⁾	mg/L Pb	Semestral
Cobre dissolvido ⁽²⁾	mg/L Cu	Semestral
Zinco total ⁽²⁾	mg/L Zn	Semestral
Teste de toxicidade aguda	-	Anual

Obs: Compilar os dados e encaminhar os laudos semestralmente para a SUPRAM TM AP. Embasamento na Resolução CONAMA nº 430/2011 - "Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA."

As amostragens deverão ser realizadas tendo como parâmetros as disposições contidas na Nota Técnica da FEAM DIMOG/DISAN NT 002/2005, em 03 pontos de coleta situados no ponto de lançamento, à montante e à jusante deste, além da análise do efluente bruto e do efluente tratado.

2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

⁽¹⁾ Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

⁽²⁾ Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1- Reutilização



- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I - perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.